

A PROBLEMÁTICA DA PARENÉTICA DA RESTAURAÇÃO: UM SERMÃO NO PORTO COMEMORATIVO DA BATALHA DE MONTES CLAROS

Por João Francisco Marques

1. Como fonte histórica, a sermonária portuguesa permanece um valor quase inexplorado, esperando que se lhe preste a merecida atenção¹. E, no entanto, o «discurso eclesiástico» decorrente do púlpito e depois posto a circular impresso e/ou manuscrito, reflecte e influencia, no tempo e no espaço, o quotidiano da comunidade a que se dirige. Não poucos destes textos que habitualmente corriam com uma produção literária convergente, embora de género e cambiantes diversos, repercutem o pensar e sentir de uma sociedade². Polarizam e comentam acontecimentos, oferecendo naturais dificuldades de tratamento no plano da análise histórica, a exigir uma metodologia interdis-

¹ Em trabalhos publicados sobre o P. António Vieira, têm sido os sermões tomados como fonte histórica para o estudo da actuação multifacetada do pregador e das temáticas por si desenvolvidas em função do tempo e do espaço. Sem esquecer os de Lúcio de Azevedo, António Sérgio e Hernâni Cidade, refira-se, entre outros, RAYMOND CANTEL, *Prophétisme et Messianisme dans l'oeuvre d'António Vieira* (Paris, 1960), p. 280. Mas, quanto à restante oratória sacra seiscentista, pode afirmar-se que, neste como noutros aspectos, tudo praticamente se encontra por fazer. Na nossa tese de licenciatura, a publicar, debruçámo-nos já na análise do sermonário português em face e durante a união dinástica: JOÃO FRANCISCO MARQUES, *A parenética portuguesa e a dominação filipina* (Coimbra, 1970), ex. policopiado de VIII + 560 pp. Presentemente, estamos a ultimar o estudo referente à sermonária da Restauração (1640-1668).

² Bastará consultar o levantamento cronológico-bibliográfico de Martinho da Fonseca, respeitante à Restauração, para se aquilatar, na época, da variedade e frequência desta produção literária; MARTINHO DA FONSECA, «Elementos bibliográficos para a história das guerras chamadas da Restauração. 1640-1668», in *Arquivo de História e Bibliografia*, 1923-1926, II vol., introd. de Jorge Peixoto (Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976), pp. 128-257.

ciplinar³. Mas, na esfera do documento, o seu interesse cresce, à medida que se recua no passado e se detecta haver sido a parenética um meio privilegiado de comunicação social a nível de massas⁴.

Presente, em interessada actuação, nos momentos relevantes da vida cívica, como na existência rotineira de uma sociedade em que a prática religiosa ocupa primordial dimensão, o sermão reveste-se, no meio de uma religião do livro veiculada pela palavra, de potencialidades ímpares adentro de uma história das mentalidades⁵. Poder-se-á, de facto, duvidar do que representaria o púlpito como agente de pressão e modelador de comportamentos a nível da psicologia colectiva? E da influência exercida em períodos marcados pela agitação social ou crise decisiva para a independência pátria? Neste aspecto, o estudo de uma oratória sacra de conjuntura revela-se, por motivos óbvios, de apaixonante interesse, mesmo que o historiador a saiba inspirada e movida por um comprometimento político⁶. Isso não impede que, dentre o numeroso leque de questões possíveis a

³ Sobre o estudo dos sermões impressos numa perspectiva interdisciplinar, veja-se: *Leichenpredigten als Quelle historischer Wissenschaften*, publ. por R. LENZ (Cologne-Vienne, Böhlau, 1975), 557 pp. Entre nós e num encaminhamento a nível de história das mentalidades, atende-se no que sugeriu, a propósito de um pregador em seu tempo e estilo de pregar, MARIA DE LOURDES BELCHIOR PONTES, in *Frei Antonio das Chagas, um homem e um estilo do século XVII* (Lisboa, 1953), pp. 188-211 e 280-319.

⁴ «[...] era o púlpito a única tribuna com certa liberdade, em tempo em que nem instituições parlamentares, nem salas de conferências, nem tertúlias de clubes ou salões, nem ambientes excitantes de botequins podiam alterar, avolumar, comunicar a público mais largo do que os interlocutores de recolhido diálogo, os comentários críticos à vida pública. Quanto se não pudesse dizer do alto da tribuna sagrada, só no pasquim clandestinamente afixado no muro ou à porta da igreja encontrava meio de momentânea, explosiva expansão» HERNANI CIDADE, *P.^o Antonio Vieira. Obras Escolhidas*, vol. X (Lisboa, Sá da Costa, 1954), p. VIII.

⁵ Cf. JACQUES LEGOFF e JEAN CLAUDE SCHMITT, «Au XIII^e siècle. Une parole nouvelle», in *Histoire vécue du peuple chrétien*, dir. Jean Delumeau, T. I (Toulouse, Privat, 1979), pp. 257-258.

⁶ É o que acontece com a parenética do movimento restauracionista que se integra, de facto, na chamada literatura apologética e polémica da Restauração. Esta designação emprega-a o Prof. António Cruz [*Papéis da Restauração*, I (Porto, 1967), p. XI] quando, ao referir-se à obra do cisterciense João Caramuel Lob Kowitz *Philippus Prudens Caroli V. Imp. Filius Lusitaniae Algarbiae, Indiae, Brasiliae Legitimus Rex Demonstratus* (Antuérpia, 1639), defensor dos direitos de Filipe II ao trono português, a aponta como: «o livro que iniciou, verdadeiramente, a teoria da literatura apologética e polémica da Restauração». Mas, já em 1939, o Prof. Manuel Lopes de Almeida, ao iniciar a publicação de uma «Colecção de Papéis da Restauração» (ed. da «Atlântica» de Coimbra), na nótula de apresentação que antecede a reimpressão do folheto: *Relação de tudo o que se passou na felice aclamação* (Lisboa, 1641), considera de igual forma a natureza desta literatura panfletária, escrevendo: «Lançados [tais «papéis»] intencionalmente, órgãos de reinvicação e propaganda ou até de simples e franca apologia, quantos deles não foram então a voz oficiosa das acções do Restaurador, dos seus generais e homens de governo».

pôr-lhe, paute a sua análise por três vectores: como se articula o sermão com o acontecimento motivador; como é interpretado pelo pregador à luz da sua cultura e mundividência teológica; como leva ele os ouvintes a um empenhamento na acção.

Vejamos agora até que ponto semelhante abordagem se mostrará operativa na análise do sermão do jesuíta Manuel da Silva, pregado no Porto, na comemoração do sucesso de Montes Claros na última fase da campanha militar da Restauração.

2. Muito justamente, é o ano de 1665 considerado decisivo para o termo do diferendo com a Espanha, no quadro das lutas pela consolidação da autonomia portuguesa reobtida em 1640, sendo a batalha de Montes Claros o derradeiro embate militar de envergadura entre os contendores.

Não cabe aqui historiar o bélico evento em seus antecedentes, desenvolvimento e imediatas consequências⁷. Refira-se tão-só que na intenção do governo de Filipe IV — denunciada no número, qualidade e variedade dos efectivos mobilizados — se procurava lançar um ataque envolvente pela linha fronteiriça e faixa costeira atlântica tal como a mobilidade dos exércitos e tácticas coevas permitiam⁸. Daí, o temor provocado em Portugal — que, por exemplo, a correspondência de Vieira reflecte num agendar quase diário —, quer pelas informações oriundas de Espanha, quer por prováveis observações dos movimentos das milícias castelhanas⁹. Compreende-se, pois, a cuidada atenção concedida por Castelo Melhor, o estadista de Afonso VI, na defesa do país, dominando os diferendos da corte e as desavenças entre os militares investidos na chefia, a facilitar a planificação da campanha do Alentejo — a consabida porta aberta para as invasões a Portugal e assalto por terra a Lisboa —, encaminhando-o para a sagacidade, experiência e voluntarismo de Schomberg¹⁰. Daí, também, a mobilização intensa do sector religioso — como tradicionalmente sucedia quando a pátria se achava sob iminente ameaça —, tendo o clero entrado de prevenção geral por *motu proprio* ou formal iniciativa régia¹¹. E logo se desmultiplicaram

⁷ Cf. CONDE DA ERICEIRA, *História de Portugal Restaurado*, Nova edição, anotada e prefaciada por A. A. Dória, vol. IV (Porto, 1946), pp. 271-339.

⁸ Cf. CARLOS SELVAGEM, *Portugal Militar* (Lisboa, 1931), pp. 447-449.

⁹ Cf. ANTONIO VIEIRA, *Cartas*, coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo, t. II (Coimbra, 1926), pp. 115-180.

¹⁰ Cf. CRISTOVAO AIRES, *História do Exército Português*, vol. II (Lisboa, 1898), pp. 64-69.

¹¹ Veja-se, por exemplo, a carta régia de 13 de Julho de 1643, enviada a Câmara do Porto e, naturalmente, às restantes do País, em que D. João IV anuncia a sua ida ao Alentejo, pedindo preces pelo êxito da campanha. Cf. FERNANDO GUIMARÃES, *O Porto na Restauração* (Porto, 1941), pp. 144-146; e, para o acontecimento em análise, MANUEL DA SILVA, S. J., «Sermão em acção de graças [...] na ocasião da gloriosa vitória [...], em Montes Claros [...] in *Sylva Concionatoria*, t. II (Lisboa, 1699), p. 459. Citaremos sempre por: «Sermão de Montes Claros».

da capital ao país inteiro os actos eucarísticos — celebrações do sacrifício e adorações permanentes — que, com frequência, eram solenizados por uma pregação condizente onde inevitáveis seriam as anotações políticas de cunho patriótico.

3. Como se sabe, foi o sucesso militar de Montes Claros obtido em circunstâncias particularmente felizes para as armas portuguesas. Enquadrado na operação de socorro aos sitiados de Vila Viçosa, que sofria fortíssimo e parcelarmente vitorioso assédio desde Maio de 1665, o embate entre os dois exércitos consumou-se na localidade de que recebeu o nome, a meio caminho de Estremoz. Iniciado ao romper das 8 ou 9 da manhã de 17 de Julho, o prélio estava decidido antes do meio da tarde, com a fuga apressada do comandante espanhol, Marques de Caracena, que deixou no campo de batalha milhares de mortos, feridos e prisioneiros¹². Um estafeta, expedido para Lisboa ao cair da noite, entrou na corte, com a feliz notícia, no dia seguinte¹³. E, de novo, se movimentou o sector religioso, para associar à celebração festiva do sucesso. Informa-nos o *Mercurio Portuguez* — a folha periódica de António de Sousa de Macedo —, no número relativo ao mês de Junho de 1665: «Na quinta feira 18 deste mez às sete horas da tarde chegou a Lisboa a nova da victoria. Na manha seguinte El Rey N. S. & o senhor Infante, depois de assistir na Capella Real ao Te Deū, e ouvido sermão, q̃ elegatẽmẽte fez o R. P. M. Fr. Domingos de S. Thomàs da ordẽ dos Prégadores, & Prégador de S. Mag.; forão dalli em procissão cõ os Religiosos de todas as ordẽs á Igreja da Sé acõpanhando o Santissimo Sacramento, q̃ levava D. Francisco de Sotto Mayor Bispo de Targa, eleito de Lamego, & os seguia toda a corte com galas, & joias, & os vivas de todo o povo. Deraõ-se graças a Deos e a S. António, em cujo oitavario succedeo esta boa fortuna, em q̃ elle como bom portuguez teria sem duvida grande parte com sua intercessão. Houve tres noites luminarias [...]»¹⁴. O dominicano era tido como émulo de Vieira¹⁵ que se encontrava com residência fixada em Coimbra, enquanto decorria a instauração do processo movido pelo Tribunal do

¹² Cf. CONDE DA ERICEIRA, *op. cit.*, IV, pp. 305-309.

¹³ Cf. IBIDEM, p. 310.

¹⁴ MERCVRIO PORTVGVEZ, com as novas do mez de Junho do Anno de 1665 (Lisboa, 1665), p. 18.

¹⁵ Cf. J. LÚCIO DE AZEVEDO, *História de António Vieira*, t. I (Lisboa, 1918), pp. 265-266. DOMINGOS DE SANTO TOMAS (16...?-1675), dominicano, teólogo, pregador e confessor de D. João IV, autor de: *Triduo de Sermões Panegyricos do Grande Pontifice Pio V na sua Beatificação* (Lisboa, 1673) e *Predica Sacramental*, 2 tomos (Lisboa, 1675 e 1676). Segundo Barbosa Machado [*Bibliotheca Lusitana*, I (Coimbra, 1945), p. 717], «muitas vezes pregou extemporaneamente em os mayores Pulpitos da Corte parecendo aos juizos mais discretos serem os seus discursos produçoens de hum estudo muito meditado, e não de hum caso repentino».

Santo Offício: circunstância que explica a ausência na oratória vieirense de um sermão que bem poderia vir a ombrear, em dimensões criativas e patrióticas, com aquele outro seu das armas contra Holanda¹⁶. Contudo, na quarentena de forçado silêncio em que vivia, o célebre jesuíta pôde legar-nos no trato epistolar mantido então com alguns dos seus íntimos e fiéis amigos — desafectos como ele a Castelo Melhor — comentários assás elucidativos sobre o evento de Montes Claros¹⁷. A euforia colectiva, que entre os portugueses a vitória mui compreensivelmente desencadeara, constitui pelas proporções públicas atingidas um acervo de achegas para o conhecimento da psicologia colectiva reinante e da mentalidade das elites responsáveis e outros sectores sociais. Vieira não a poupou, sujeitando-a a uma crítica por vezes bem acerada. Discordante e clarividente nos aspectos denunciados, tais reparos dizem-nos sem dúvida bastante do realismo político que manifestava em face de problemas concretos de natureza conjuntural. Mas o que sobretudo importa frisar é o feixe de pormenorizadas notícias que essas epístolas veiculam. Trata-se de um contributo a ter em conta para o estudo da teia informativa, tal como se processava nos bastidores dos campos de actuação: intrigas, invejas, deserções, lisonjas, ambições, inconfidências, inadvertências e irresoluções perigosas e muito mais — um país desnudo em certa franja social ligada à governação. E, se nos detivemos neste inciso, a propósito da correspondência de António Vieira, é que ela encerra igualmente elementos para melhor situar, no seu circunstancialismo histórico, a prédica sobre Montes Claros do seu confrade Manuel da Silva.

4. Espalhada, país além, a notícia da vitória, logo principiaram as manifestações de regozijo, à medida que a nova chegava. A festa popular, que as entidades oficiais promoviam e/ou incitavam, alargava-se à esfera do religioso na linha descrita pelo *Mercurio Portuguez*: procissões, adorações eucarísticas, missas de acção de graças. Advirta-se, no entanto, que a sensibilidade dos portugueses era tão fortemente tocada pela alegria do sucesso, como pelo sacrifício dos que sucumbiram por ele. Nesta emergência, as manifestações culturais gratulatórias aliam-se às propiciatórias. O repique festivo alternava-se ou cruzava-se com o dobre a finados. E numa e noutra circunstância o sermão pontuava. Tudo era pretexto para se falar do acontecimento e dá-lo a conhecer, a fim de se acordar o respeito de estranhos,

¹⁶ Desde Abril de 1660 que Vieira passara a ser inquietado pela Inquisição mercê do seu escrito: *Esperanças de Portugal*. Com o golpe de estado de 1662 e direcção política de Castelo Melhor, foi desterrado para o Porto e, a seguir, para Coimbra onde, a partir de 21 de Junho de 1663 e durante quatro anos, esteve sob a alçada do Tribunal do Santo Offício que lhe retirou a licença de pregar e acabou por metê-lo em suas 'masmorras'.

¹⁷ Cf. ANTÓNIO VIEIRA, *Cartas*, t. II, pp. 180-200.

alimentar a esperança dos naturais¹⁸, justificar o sacrifício pedido à colectividade¹⁹. O próprio Vieira insiste que dar graças a Deus pelo milagre, que «foi evidente e provado», todos o deviam fazer; mas que ao menos o fizessem publicamente «os que têm por ofício pregar a verdade»²⁰. Milagre era, para si, esta vitória pois uma vez mais Deus quisera provar como «entende» defender o «seu» povo. E assim se resignavam a aceitá-lo muitos outros segundo a mentalidade da época. «Enfin no quiere Dios» — teria comentado o Marquês de Liche, filho de D. Luís de Haro, feito prisioneiro no Ameixial, ao confessar a derrota²¹.

Eis por que Portugal se deverá ter transformado em imenso palco sacro-profano, descurando-se óbvias cautelas. Na verdade, poderia dar-se ainda um ataque da armada espanhola à costa portuguesa que parece haver chegado a ameaçar Lisboa²². E a melhor forma de obstá-lo não era com «prevenções de touros e galas», conforme comentava Vieira²³. Por isso, não deixa de criticar, sem reboço, esta euforia colectiva, a que só faltava juntar, di-lo com ironia, «para cumprimento do gôsto, a notícia dos sentimentos de Madrid, que já têm tempo de haver chegado», embora ainda não espere «a verdade da resolução que hão-de tomar, que deve ser mui diversa depois de esfriarem as feridas»²⁴. Daí se lhe afigurar, ante um presumível ataque à costa norte, que o Porto havia feito cedo as suas festas: «me parecem muito antecipadas» — são palavras suas. A carta onde o refere, está datada de 27 de Julho²⁵; mas pelo *Mercurio Português*, relativo ao mês anterior, sabemos algo mais sobre como, na cidade da Virgem, se viveu a vitória de Montes Claros: «As mesmas [i. é muitas e curiosas demonstrações de festas] se fizeram em todas as cidades, & principais Villas do Reyno, & particularmente na cidade do Porto, aõde duraraõ as festas muitos dias cõ grande aparato, & despesas, q̃ sò para ellas era necessaria hũa larga

¹⁸ Veja-se os vários «papéis» até em língua castelhana, redigidos por portugueses e publicados para divulgar a vitória de Montes Claros, descritos sob os n.ºs 501, 502, 503, 504, 520 e 521 por MARTINHO DA FONSECA, «Elementos para a história das guerras da restauração», *loc. cit.*, pp. 215 e 217.

¹⁹ Tudo isso é assinalado no «Sermão de Montes Claros» do P. Manuel da Silva. Acerca dos sacrifícios pedidos às populações, veja-se uma bem elucidativa pormenorização em: *Cartas dos Governadores do Algarve* (1638-1663), preparação do texto e prefácio de Alberto Iria (Lisboa, 1978). Mas a documentação é abundante e varia.

²⁰ Cf. *Cartas*, t. II, p. 192.

²¹ Cf. *IBIDEM*, p. 191. Confissão semelhante teria, segundo o Conde da Ericeira (*op. cit.*, IV, p. 313), igualmente feito o próprio Filipe IV.

²² Cf. ANTÓNIO VIEIRA, *Cartas*, t. II, p. 205. O próprio Manuel da Silva, no citado «Sermão de Montes Claros», (p. 476), também se refere a esta ameaça da armada castelhana.

²³ Cf. *IBIDEM*, p. 207.

²⁴ Cf. *IBIDEM*.

²⁵ Cf. *IBIDEM*, pp. 204-206.

relação»²⁶. É de crer que com tais *relações* — que, ao que sabemos, não gozaram do favor do prelo, e quando muito circularam manuscritas — e a correspondência trocada com as gentes do Porto se teria dado larga e pormenorizada divulgação aos actos comemorativos do sucesso²⁷. De resto, a população que se havia entregue, desde a primeira hora, a manifestações de justificada alegria, sentir-se-ia encorajada a prosseguí-las, ao tomar conhecimento da carta régia de 26 de Junho de 1665 à Câmara da cidade com expressa menção de que se enviassem cópias às de toda a comarca²⁸. Nela, de facto, se agradecem as «demonstrações» com que se festejara a batalha de Montes Claros «em que todas as nações²⁹ venceu a portugueza, com huma gloria que lhe dará fama immortal» e toda inteira se devem «ao zelo, sangue, e fazenda de seus naturaes», acrescentando a finalizar: «Encomendovos muito que deis graças a Deos que por sua infinita bondade nos tem em sua protecção»³⁰. Ora foi precisamente neste contexto de públicas «demonstrações de regozijo» — em que a mentalidade da época exigia fosse dado um espaço privilegiado ao sagrado por verem no evento o sinal do milagre —, que se insere a pregação do P. Manuel da Silva, da Companhia de Jesus.

O texto encontra-se impresso no segundo tomo da sua *Sylva Concionatória*, saído do prelo em 1699 e dedicado ao arcebispo da Baía, a quem o uniam laços de sangue e amizade³¹. A nótula que o encabeça, reza assim: «SERMÃO/EM ACÇÃO DE GRAÇAS NO/Oitavario das festas que celebrou na cidade do Por-/to o Excellentissimo Senhor Conde de Miranda, Go-/vernador da mesma Cidade, hoje Marquez de Arron-/ches, na occasião da gloriosa vitória, que o exercito/Portuguez, sendo General o Excellentissimo Senhor/Markuez de Marialva, alcançou em Montes Claros/ao exercito Espanhol aos 17 de Junho, na Igreja da/Companhia de Jesus da Cidade do Porto, anno de/1665. ESTANDO O SENHOR EXPOSTO./»³².

²⁶ MERCVRIO PORTVGVEZ [...], Junho [...] de 1665, p. 18.

²⁷ Cf. MANUEL DA SILVA, *Sermão de Montes Claros*, p. 459.

²⁸ Cf. *Arquivo do Gabinete de História da Cidade*, Livro 6 de *Cartas e Provisões*, fl. 424. Trata-se de uma «carta-circular» enviada às Câmaras de todo o País, como se vê pela remetida à Câmara de Castelo Branco. Cf. CRISTOVAO AIRES, *História do Exército Português*, vol. II (Lisboa, 1898), pp. 76-77.

²⁹ Referência às nacionalidades a que pertenciam os soldados que combatiam no exército espanhol.

³⁰ Cf. A. G. H. C., *liv. cit.*, fl. 424.

³¹ Cf. *Sylva Concionatória*, t. II (Lisboa, 1699), in «Offerecimentos», 3 p. inum.

³² In: SYLVA / CONCIONATORIA / PRIMEIRA parte Panegyrica / Tomo II. / Sermões em varias celebridades, / Que Prêgou / o P. MANUEL DA SYLVA / da Companhia de JESVS, / Offerecidos à protecção / DO ILLUSTRÍSSIMO, E REVERENDÍSSIMO SENHOR / D. JOAO FRANCO DE OLIVEIRA, / Arcebispo da Cidade da Bahia, Metropolitano do Esta/do do Brasil, do Conselho de S. Magestade, & / [vinheta] / LISBOA, / NA

O templo dos Jesuitas, consagrado a S. Lourenço, ficava para os lados da Sé e o gesto do militar, responsável pela defesa da urbe, então sem bispo, pretenderia associar a população da cidade a um acto religioso³³. Pelas fontes compulsadas, conjecturamos que a pregação teria tido lugar nos finais de Junho e que o orador, jesuíta de nomeada, vivia na casa do Porto, ao menos desde o ano precedente³⁴. Conhecido por seus dotes oratórios, a juntar possivelmente à circunstância de ser o superior da mesma, torna-se compreensível que subisse ao púlpito da Igreja do Colégio em ocasião tão solene. E, sobre o próprio acontecimento, estaria por certo o P. Manuel da Silva suficientemente documentado através dos papéis, cartas, relações e tes-

Officina de MIGUEL DESLANDES, / Impressor de Sua Magestade. / Com todas as licenças necessárias. Anno de 1699./, in 4.º, pp. 455-481, com texto a 2 colunas. É evidente que o sermão do P. Manuel da Silva se imprimiu muito posteriormente à data em que foi proferido. Aliás o mesmo se passou com a maioria dos do P. António Vieira. Note-se, no que a este respeito, que acontecia por vezes não chegar a escrever de antemão tudo quanto iria pronunciar [cf. LÚCIO DE AZEVEDO, *História de António Vieira*, t. I (Lisboa, 1918), pp. 234-273]. Tal facto coloca-nos o problema do grau de fidelidade entre o sermão escrito e oral. Que tudo que o pregador disse no púlpito não coincidiria inteiramente com o que anteriormente redigira e, depois, se imprimiu, admitimo-lo sem custo. Razões várias, como é óbvio, se poderiam apresentar no que se refere a esta sermonária de matiz político. Mas, em geral, não há motivos para rejeitar que na substância e intenção o teor do discurso oral não correspondesse ao do impresso. E, de resto, nesta base que trabalhamos sobre estes textos pare-néticos.

³³ Desde a morte de D. Gaspar do Rego da Fonseca, a 13-7-1639, a diocese do Porto só voltou a ter bispo residencial, confirmado pela S. Sé, em 1679. Em 1665, era governador do bispado, para que tinha sido eleito pelo Cabido, o segundo filho do 2.º Conde de Miranda, o deão D. Luís de Sousa ((1630-1702), regressado de Roma em 1656. Na ausência do irmão, o 3.º Conde de Miranda, exerceu também as funções de Governador de armas e da Relação, até 1671, quando foi sagrado arcebispo de Lisboa. Em 1697, Inocêncio XII criou-o Cardeal. Cf. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, nova ed. por Damião Peres, vol. III (Porto, 1968), pp. 640 e 650.

Era governador militar do Porto, D. Henrique de Sousa Tavares ((1626-1706), 3.º Conde de Miranda e 1.º Marquês de Arronches. Tinha sido embaixador na Holanda (1659-1661), e servido no exército do Alentejo antes de se juntar, no norte, às forças do Conde de Prado. Foi um dos plenipotenciários para assinatura do tratado de paz com a Espanha, a 13 de Fevereiro de 1668. Passou ainda pela embaixada de Londres (1679-1681), antes de fixar definitivamente no Porto, em 1683. Cf. CONDE DA ERI-CEIRA, *op. cit.*, IV, pp. 528-530; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. III (Lisboa e Rio de Janeiro, s/d), p. 379; EDUARDO BRAZÃO, *A diplomacia portuguesa nos séculos XVII e XVIII*, vol. I (Lisboa, 1979), pp. 201 a 204.

³⁴ MANUEL DA SILVA (1629-1709), era natural de Ega, diocese de Coimbra. Ingressou aos 15 anos na Companhia de Jesus. Foi professor de humanidades em Coimbra e de latim no colégio dos jesuitas em Alfama (1686). Reitor dos colégios da Madeira, Porto, Évora e provincial em 1691, viveu a última vintena de anos em Lisboa onde morreu. É considerado dos mais notáveis pregadores jesuitas do séc. XVII. Publicou entre 1698 e 1706

temunhos que na cidade circulavam e à residência dos jesuitas chegavam — onde certamente seriam pasto de glosas interpretativas sobre a quem atribuir os méritos do sucesso alcançado —, já que a isso alude em vários passos da sua prédica³⁵. Mas a inserção do evento no tronco religioso, de que o pregador crê ser pertença, domina por inteiro o seu discurso parenético, aliás correntio, embora de arquitetura barroca e onde o estilo vieirense se reflecte de forma acentuada. Não obviamente no fôlego da sua criatividade imagética, no fulgor da linguagem, no arrojo metafórico, na tessitura dúctil das alegorias; porém, em tudo quanto o discípulo inteligente e atento pôde beber nas demonstrações brilhantes de um mestre de génio. Fácil era ter a arte de pregar, que os jesuitas praticavam e em que Vieira justamente estrelava, executores entusiastas entre os pregadores da Ordem, ainda que cada um a seguisse à medida dos seus talentos³⁶.

António Vieira, como orador político visionário e homem de acção, sempre que um dado acontecimento suficientemente o motivava, canalizava a sua criatividade para um proselitismo religioso-patriótico. E é curioso que, na correspondência remetida durante a sua forçada residência em Coimbra, ao Duque de Cadaval, ao Marquês de Gouveia e a D. Diogo de Meneses — irmão do Marquês de Marialva, o vencedor da batalha de Montes Claros — aparece como um refrão a atribuição do mérito do triunfo ao favor divino: «O certo é que a resistência de Vila Viçosa foi bizarra, e que a perda da artelaria, e o número e qualidade dos prisioneiros, são bastantes testemunhas da vitória, que toda foi de Deus, ou para fim da guerra ou para princípio de outras felicidades»³⁷. Só que a duração desta dádiva celeste se deve assegurar com a conversão da vida, entende Vieira. Dir-se-ia que se trata de uma posição absolutamente rotineira para um homem da Igreja que vive da e para a sua fé católica. Mas esta convicção, por tão arreigada ao mais íntimo de si, contagia todo o tratamento do patriótico sucesso que, para ele, só à luz da mundividência religiosa se reveste de pleno sentido.

os cinco primeiros tomos dos seus sermões sob o título de *Sylva Concionatoria*, tendo o sexto, consagrado aos sermões domésticos, saído postumamente em 1716. A designação de *Sylva*, dada ao conjunto da sua obra parenética, justifica-a no «Prólogo» do tomo I, ao escrever: «Assim como em um bosque (isto significa *Sylva*) se achão diversidade de árvores [...], assim nesta minha Sylva acharás (leitor) variedade de sermões em todas as matérias, sem mais ordem ou disposição, que aquela com que os acho mais ou menos promptos para sahirem a luz». Cf. BARBOSA MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, t. III (Coimbra, 1966), p. 374; FRANCISCO RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, t. III, vol. I (Porto, 1944), pp. 136-137.

³⁵ Cf. *Sermão de Montes Claros*; pp. 459 e 465-466.

³⁶ Cf. FRANCISCO RODRIGUES, *op. cit.*, pp. 134-145.

³⁷ ANTÓNIO VIEIRA, *Cartas*, t. II, p. 188.

E, quando explicado aos crentes, fá-los comungar da esperança de que, sendo os êxitos da pátria êxitos de Deus, a felicidade presente (entenda-se aqui sinónimo de conservação da liberdade usufruída com a Restauração), está assegurada, como removidas se deviam considerar, de momento, próximas ou iminentes provações. Não será este o lema da mística de Inácio de Loyola: *ad maiorem Dei gloriam*?

Espiritualidade inaciana, fervor patriótico, sedução pelo providencialismo histórico e concepção do discurso parenético de Vieira — eis as coordenadas dominantes no sermão político do jesuíta Manuel da Silva. A sua clivagem tipológica, na grelha dos géneros da eloquência sacra, dá-no-lo como pertencente ao gratulatório. O travejamento literário e o espírito são barrocos. Mas do tipo do «sermão barroco aberto», para utilizar uma expressão sobremaneira feliz de João Mendes adiantada a propósito de António Vieira³⁸. A linguagem é simples, corrente e directa, como se o pregador tivesse apostado não se desviar do modelo da «oração evangélica» que o *Mestre* teorizava no sermão programático da sexagésima³⁹. Por isso, a sua leitura se faz sem esforço, expurgado que está de cultismos e rebuscadas subtilezas tão em voga. E o tom assás coloquial, o recurso frequente ao exemplário e a interpretações forçadas, as alusões a testemunhos facilmente críveis tornam-no para o historiador digno de análise na linha do que ele próprio é: *documento* e *documento de* — para nos servimos de uma distinção funcional de António José Saraiva, a propósito do texto literário⁴⁰. Ou seja: documento de um evento basilar do período da Restauração e documento passível de uma multiplicidade de reflexões, como as que incidem sobre o estudo da mentalidade de uma época.

5. Ao analisá-lo, uma das impressões recebidas é que, tal como Vieira, o P. Manuel da Silva entende conter a Bíblia a revelação profética da história da humanidade. De facto, para ambos, tudo nas Escrituras, mesmo a mínima letra, envolve um sentido escondido (i. é mistérios = arcana Dei), que só o suceder histórico nos permitirá desvendar. Esta crença é a chave que possibilita a leitura quotidiana dos acontecimentos: nuns, descobrir indícios de esperança e, noutros, certezas alcançadas. Assim, toda a comprovação dos chamados «desígnios de Deus» — no intuito de se obter, pelo temor e/ou confiança, a adesão

³⁸ Cf. JOÃO MENDES, *Literatura Portuguesa II* (Lisboa, 1978), pp. 63-65. Todo o capítulo 2 (pp. 39-118), dedicado a Vieira, é muito penetrante e sugestivo, e, em especial, nos aspectos que focamos.

³⁹ Pregado em 1655, na capela real, em cujo auditório abundavam os pregadores. Cf. *Sermões e Cartas do P. António Vieira*, ed. anotada por Júlio de Moraes (Braga, 1944, 3.^a ed.), p. 9.

⁴⁰ Cf. ANTONIO JOSÉ SARAIVA, *Ser ou não Ser Arte* (Lisboa, 1973), p. 75.

dos crentes — se faz *a posteriori*. Se o velho Testamento é, na terminologia paulina, a alegoria do Novo, toda a Bíblia pode ser a prefiguração completa da história da humanidade. O trilho comum a seguir na aproximação entre o texto bíblico e o acontecimento, postos em paralelo, é o da pesquisa de semelhanças — base para a plena adequação. Tal interpretação mobiliza assim por inteiro a subtileza do orador; e as acomodações surgem mais ou menos felizes e encadeadas. Para isso, torna-se ainda necessário recorrer à agudeza de engenho que o traquejo da dialéctica escolástica prodigalizava. Junte-se-lhes também, como exigência das ampliações das partes do discurso, a mobilização de todo um arsenal de cultura vivida e livresca. Daí, imagens e exemplos do quotidiano vivencial e da história bíblica e profana, mitologia e humanidades clássicas — tudo é canalizado para esse afã probatório: mostrar que o *mistério* se desvenda no acontecimento, a fim de *mover* o auditório à adesão ao que se pretende. Mas o que torna curiosamente sedutores estes sermões da Restauração, por mais paradoxal qua pareça, é o facto deles serem *discursos comprometidos*, a pronto de muitos revelarem de imediato o seu cerne panfletário e apologético. Nesses, como acontece com o do P. Manuel da Silva, o texto bíblico — tomado à maneira de tema e desenvolvido como conceito predicável ao longo do discurso — não é apenas verbo profético do devir humano, mas «profecia patriótica», que se cumpre no sucesso da história lusa, objecto da celebração:

«Travou-se hũa grade batalha, diz o Evangelista S. João, sobre o direito, & conquista de hum Reyno entre o exercito de S. Miguel, & o de Lucifer: *Factum est proelium magnum, Michael, & Angeli ejus proeliantur cum Dracone*. Depois de assáz renhida, & disputada a cõtenda, declarou se a vitoria pela parte dos que defendiaõ o partido da justiça; foraõ desbaratados, & destroçados os do partido contrario, que intentavaõ usurpar a Coroa, & o Reyno a seu legitimo Senhor. Conseguido tam glorioso triumpho, foi ouvida hũa voz, que rompeu em alegres parabens, & festivos applausos da felicidade lograda, que dizia: *Nunc facta est salus*. Agora sim; com esta vitoria nos podemos dar por saõs, & salvos, & livres de todo o susto, ou receyo de nossos inimigos. Agora se obráraõ nesta batalha as maiores proezas de valor: *Nunc facta est virtus*. Agora se póde dar por seguro, & estabelecido o Reyno, que se chama proprio do nosso Deus: *Et regnum Dei nostri*. Agora se vê desempenhado o poder de Christo, & a valentia do seu braço: *Et potestas Christi ejus*. Pois vemos aos do seu partido sahir vitoriosos por virtude, & efficacia do sangue do Divino

Cordeiro: *Et ipsi vicerunt propter sanguinem Agni*. Por tanto alegraivos todos rompei em júbilos de prazer: *Propterea laetamini*. Eis aqui em bom romance a construção do nosso thema. Quereis agora ouvido accomodar? Parece cousa superflua, quando vós mesmos o tereis já conferido com o nosso successo»⁴¹.

Temos assim que a concepção architectónica do sermão político da Restauração, se tomarmos como exemplificativo o do P. Manuel da Silva, parte basicamente de um duplo plano: o bíblico, que é o alforge da profecia, e o histórico, que é o da actuação humana no desenrolar do destino de um povo. Diríamos que a Bíblia está para a história na linha aristotélica da potência ao acto. Texto profético, ela contém potencialmente toda a história, sendo o devir histórico, ao concretizar-se, a passagem a acto da profecia. Dentro desta sermonária, a Bíblia funciona como frondosa árvore polissémica que pela técnica das acomodações e pela via da analogia nos permite descobrir a poalha factua de que a história de cada povo se compõe. No caso específico do pregador político da Restauração, os sobre-ditos planos—profético e histórico—imbricam-se a nível dos «desígnios de Deus» para a nova nação eleita que, na linha do tempo, veio a ser Portugal, como o seu passado demonstra e a sua história futura mostrará⁴².

Na parte expositiva do discurso, entre o exórdio e a peroração, vai perseguindo essa identificação. Mas homem do sagrado—muito embora não descure visar determinados objectivos profanos de matiz patriótico—ele não deixa de animar o auditório com o acentuar de certezas (felizes successos) e admoestá-lo com castigos (más prognosticações), provenientes das fraquezas morais (pecados) e impenitências, a fim de mantê-lo no caminho

⁴¹ *Sermão de Montes Claros*, pp. 457-458. Em todos os passos transcritos até final, conservamos a ortografia e pontuação originárias.

⁴² A concepção providencialista da história permanece uma constante da época e domina a oratória sacra de matiz político-patriótica. Vieira é, entre nós, o representante mais audacioso e eloquente. Mas outros pregadores, como Manuel da Silva, contagiados pela mentalidade e clima que se respiravam no período restauracionista, não deixariam de pensar e, até certo ponto, agir como ANTÓNIO VIEIRA, quando escreve na sua *História do Futuro* [*Obras Escolhidas*, prefácios e notas de António Sérgio e Hernani Cidade, ed. Sá da Costa, vol. VIII (Lisboa, 1953), p. 31]: «Os futuros portentosos do Mundo e Portugal, de que há-de tratar a nossa *História* [*História do Futuro*], muitos anos há que estão sonhados como os de Faraó e escritos como os de Baltasar; mas não houve até agora nem José que interpretasse os sonhos, nem Daniel que construísse as escrituras; e isto é o que eu começo a fazer (com a graça daquele Senhor que sempre se serve de instrumentos pequenos em cousas grandes), para que conheça o mundo e Portugal, com os olhos sempre no Céu e em Deus, que tudo são efeitos do seu poder e conselhos da sua providência [...]».

percorrido ou a percorrer na mais estreita dependência de Deus. Eis por que os símiles bíblicos, das imagens às figuras, da metáfora à alegoria, dos personagens aos episódios — tudo é exaustivamente manipulado. Por isso, acaba-se por achar lógico que uma mentalidade maniqueísta — bons e maus, eleitos e réprobos, amigos e inimigos, castigo e prêmio, salvação e perdição — inquene o sermão e paute a estrutura da argumentação na linha do discurso aberto⁴³, a fim de melhor demonstrar a realização das profecias no Portugal restaurado. Pense-se na formidável arma propagandística e instrumento apologético que constituía esta sermonária, quando habilmente concebida e declamada com a teatralidade e a convicção do que é capaz o orador-prosélito, se dotado e exímio na execução da preceptiva retórica da arte do púlpito. Em muitos casos, semelhante parenese revestia-se mesmo de um valor pragmático único, se atendermos a que, no tempo, o analfabetismo imperava esmagadoramente e o púlpito era o meio de comunicação social mais reputado e privilegiado. Torna-se indispensável ter isto presente para se poder aquilatar como estes sermões, sendo «documentos de», continuam como documentos tout court, sempre disponíveis a um vasto leque de questionamentos. Isso se verifica, cremos, no texto do P. Manuel da Silva que nos aparece dividido em dezassete parágrafos, redutíveis à clássica estrutura: exórdio, explanação ou desenvolvimento, peroração.

6. O assunto deste «Sermão em acção de graças» impunha-se ao pregador pela própria natureza do objecto da celebração do acto religioso: a batalha de Montes Claros foi decisiva para a salvação de Portugal-restaurado, nos seus reis naturais e antigas glórias —, por especial intervenção divina. Mas à luz do que sumariamente esboçamos, como o planificou?

Por tema tomou a seguinte passagem do livro profético do Novo Testamento, o *Apocalipse* de S. João, relativa ao combate entre o arcanjo S. Miguel e Lúcifer: *Nunc est salus, et virtus, et regnum Dei nostri et potestas Christi ejus et ipsi vicerunt propter sanguinem Agni, propterea laetamini*⁴⁴.

Recorde-se que esta perícopa é conceito predicável, entendido como «maneira nova ou sentido insuspeitado» com que se aplicava um texto bíblico a qualquer realidade⁴⁵. Com efeito, ele lhe servirá para demonstrar que o combate, a que essa passagem literalmente se reporta, ocorrido entre a hoste de Deus e de

⁴³ I. é: não dedutivo, utilizado para prova de uma verdade moral ou dogma.

⁴⁴ *Apoc.*, 12, 11-12. Trad.: «Agora foi estabelecida a salvação, e a força e o reino do nosso Deus, e o poder do seu Cristo e eles venceram-no pelo sangue do Cordeiro, por isso alegrai-vos». O pregador não cita integralmente os dois versículos.

⁴⁵ Cf. JOÃO MENDES, *op. cit.*, p. 63.

seu inimigo, sendo decisivo para provar a justiça da sua causa e a salvação de seus eleitos, é uma prefiguração deste em que os portugueses alcançaram «fatal» vitória sobre os castelhanos. No exórdio, o pregador limita-se a justificar o acto religioso promovido pelas autoridades e assumido, como seu, pelos fiéis presentes. Enquadra-o dentro das solenidades que, diante do Santíssimo exposto — «triunfador dos maiores poderios do mundo» —, se vêm realizando por toda a cidade⁴⁶. Convida a assembleia a reverenciar o Sacramento e, como é hábito, pede à Virgem que o inspire.

A seguir, no corpo do discurso, evoca o combate entre S. Miguel e Lúcifer na versão do *Apocalipse*, para cotejá-lo a seguir com a batalha de Montes Claros no contexto do diferendo luso-espanhol⁴⁷. Logo à partida, pois, a simetria dos factos e contextos, sumariamente descritos. Em paralelo: a profecia e a história. E, para reforçar a legitimidade da acomodação, recorre à opinião do exegeta jesuita Alcazar que lhe parece ter muitos anos antes visado o sucesso português ao comentar desta forma aquela passagem bíblica: «Hujusmodi prophetia non in eodem loco, & tempore fuit incompleta, sed veluti si tyrannus aliquis regnū quodpiam invadat, deinde maximus exercitus ad expellendum tyrannum procedat»⁴⁸. Parafraseando a citação feita, acrescenta o P. Manuel da Silva:

«A profecia desta batalha, & vitoria, que viu em espírito S. João (escreve o nosso Expositor) não cuideis, que foi cumprida no mesmo lugar, & tempo, em que foi vista, senão então vos podeis persuadir, que se cumpre, quando v.g. vires a hum poderoso, & insolente Rey, que sem razão, nem justiça acomete com hum grosso exercito a hum Reyno, a que não tem direito. E o Reyno por se defender lhe sahe com as forças de seu poder desbaratando, & afugentando a todos os seus contrarios. Então sim, quando isto

⁴⁶ *Sermão de Montes Claros*, p. 456.

⁴⁷ Sobre a importância do *Apocalipse*, como compêndio profético dos sucessos ocorrentes e dos feitos de Portugal, escrevia o P. ANTÔNIO VIEIRA (*História do Futuro*, vol. e ed. cit., pp. 49 e 67), talvez por alturas de 1664: «Ninguém ignora que as profecias do *Apocalipse* (e mais ainda as que estão por cumprir) são próprias dos tempos que hoje correm e hão-de parar no fim do Mundo. «E digo na confiança das mesmas profecias que uma boa parte da nossa *História* (como veremos em seu lugar) são as do mesmo *Apocalipse*». É sintomático que o P. Manuel da Silva tenha ido colher ao *Apocalipse* o tema do seu sermão.

⁴⁸ LUDOVICUS ALCASAR, *Vestigatio arcani sensus in Apocalypsi cum opusculo De sacris Ponderibus ac Mensuris* (Antuerpia, apud Joannem Keerbergium, 1614). Embora sem a mencionar, Manuel da Silva deve ter extraído a citação desta obra do jesuita espanhol Luis Alcazar (1554-1613), famosa na história exegetica do *Apocalipse*. ANTÔNIO VIEIRA também a refere na sua *História do Futuro* (vol. e ed. cit., p. 260).

acontecer, então podereis dizer, que nessa occasião está cumprida a profecia de S. João: «*Tunc poterit dici: Nunc facta est salus, &c.*»

E que occasião pôde haver, em que melhor se verifique a profecia, que a presente? Não he assim, que a teima de nossos inimigos fazendo os ultimos esforços por usurpar este anno o nosso Reyno, sahio com todo o grosso do seu poder reforçado com as levadas de soldadesca, & soccorro de varias Nações debaixo do mando, & governo de hum cabo tam experimentado na arte militar, que dizem era, o em que estavaõ postas todas as suas esperanças de recobrar as perdas passadas? Não he assim, que o nosso Reyno por defender a sua liberdade, & sustentar o seu direito, sahio com o seu exercito, & travando com os inimigos hũa denodada batalha, a mais renhida, a mais porfiada, a mais disputada, que sabemos houvesse na Europa nos seculos proximos: *Proelium magnum*, pois durou a maior parte do dia; o destroçou, & poz em fugida, obrigando-o não só a deixar a praça [Vila Viçosa], sobre que estava, senão tambem o campo com toda a bagagem, & carruagem, com todo o trem, & artelharia, com infinitos despojos dos innumeraveis mortos, & prisioneiros, como tereis visto, & lido por estas listas, que vem vindo? Sendo pois isto assim como na verdade he; cumprida podemos dizer, que está nesta occasião a profecia de S. João»⁴⁹.

E prossegue, recorrendo a um inciso enfático:

«Agora me havia eu de descer do Pulpito, & não dizer mais palavra, isto bastava. Com tudo vejo q̃ que-reis vá conferindo a substancia, & circumstancias desta profecia com as do nosso successo, para virmos em maior conhecimêto do muito que estamos obrigados a Deus, que he o que se pertêde com estas tam repetidas demonstrações do nosso prazer, & contentamento»⁵⁰.

Como se dissesse está desvendado o mistério que se escondia na profecia joanina. Cumpriu-se esta batalha de Montes Claros. Mas convém aprofundar a analogia entre os dois successos, para que maior seja o reconhecimento pela «maravilha», mais firme

⁴⁹ *Sermão de Montes Claros*, pp. 458-459. IBIDEM, p. 460. Cf. JOAO MENDES, op. cit., pp. 83-85.

⁵⁰ *Sermão de Montes Claros*, pp. 459 e 468.

a confiança no futuro da pátria, mais sentida a alegria presente — objectivos que o pregador tem em mente perseguir.

7. O desenvolvimento do assunto está estruturalmente arquitectado nos conceitos aristotélicos de substância e acidentes (categorias predicamentais). Com efeito, na alegoria profética do combate entre S. Miguel e Lúcifer, o jesuíta precisa qual a substância e circunstâncias do mesmo. Isso leva-lo-á, na sua acomodação ao sucesso de Montes Claros — objecto da comemoração festiva — a lançar-se num desfiar de subtilezas hermenêuticas para tornar patente a evidência das similitudes. Nasce assim um leque de simetrias que, sublinhando as analogias entre os dois episódios bélicos, pretende revelar a existência de um rigoroso paralelismo entre ambos, assente nos exércitos (*grossos escassos*), na experiência e fama do chefe (*cabo tam experimentado*), na natureza e desfecho da luta (*a mais renhida, porfiada, disputada que destróçou e pôs em fuga o inimigo*).

Demonstrada a realização da profecia com o sucesso de Montes Claros, o orador acentua muito pragmaticamente que fica justificada a necessidade de os portugueses agradecerem a Deus, expandirem a sua alegria, comunicarem ao mundo a vitória alcançada.

Ao encontro das duas primeiras exigências iam as públicas celebrações: adorações eucarísticas e festejos profanos. A restante, se cumprida, suscitaria na Europa a admiração e respeito por Portugal. Contudo, a ponderação das circunstâncias — que, como acidentes, não mudam a substância, mas apenas a modificam podendo valorizá-la — permite ao pregador prosseguir na exaltação do sucesso, pelo alongamento do processo analógico: tal como a vitória alcançada pelo Arcanjo de Deus sobre Lúcifer fora decisiva e salvadora, assim igualmente aconteceu com a dos portugueses em Montes Claros.

Recorrendo, porém, a um artifício frequente na retórica do barroco — o encadeamento amplificante em que a alegoria inicial como que se vai esgotando através de um afluir de metáforas, comparações, imagens e exemplos⁵¹ —, o P. Manuel da Silva insiste na pormenorização do mistério desvendado e cumprido no feito celebrado: a histórica vitória. E se a ossatura do sermão se mantém, o cotejo profecia/realidade faz-se pela exploração minuciosa: 1.º das circunstâncias; 2.º da substância do sucesso.

A interpretação do texto bíblico — tomado como tema — continua a ser alegórica. Só que há um nítido interesse, como se de um comentário homilético se tratasse, em aproveitar uma a uma as palavras da perícopa, que compendia a batalha, e os seus valores semânticos. Os parágrafos multiplicam-se, porque o

⁵¹ Cf. JOÃO MENDES, *op. cit.*, pp. 85 e 105-106.

discurso é «aberto» e flui à mercê da imaginação e argúcia do orador no aproveitamento dos similes. Recorde-se que o sermão português do barroco, que segue a linha Vieira, é *discours-fleuve*, cheio de caudais variáveis, turvos ou cristalinos, quer prosseguindo em impetuosidades, quer desembocando em calmos espraiaamentos. Com estes jogos retóricos — dominados por antíteses, paralelismos, simetrias frásicas, perífrases — se prende o auditório, agarrando-o mais afectiva e sensorialmente do que racionalmente, a não ser, por vezes, no exercício da própria agudeza do espírito. Logo: *delectare et movere*, mais do que *docere*.

8. No seu sermão, onde se pressente um conhecimento de fontes documentais sobre o sucesso de Montes Claros — testemunhos orais e escritos, denunciados em: ouvis dizer, ledes, etc. O P. Manuel da Silva detém-se em duas circunstâncias: lugar (*hic, ubi*) e tempo (*nunc*).

Segundo uma tradição católica, a que o pregador alude, foi o castigo de Lúcifer a consequência do seu orgulho que o levava a rebelar-se; sendo essa misteriosa Mulher, que o *Apocalipse* descreve coroada de sol, revestida de estrelas e calçada de Lua, tida também como a Mãe de Cristo, concebida sem mácula original⁵². Ora, em sua dialéctica, a argumentação por analogia leva-o a socorrer-se para o cotejo, na linha da circunstância de lugar, do que melhor lhe servia e se conhecia da batalha pelas notícias e relatos testemunhais chegados ao Porto: o exército castelhano, superior em armas e soldados, desferira poderoso ataque à cidade de Vila Viçosa onde se situava a igreja de N. S. da Conceição — padroeira de Portugal. A arremetida proporcionou-lhes a posse do templo que passaram a utilizar como baluarte ofensivo. Gesto fatal, considera o jesuita, pois aprisionado a Virgem, o cativo da patrona dos portugueses tornou os espanhóis cativos da derrota. E, para explanar semelhante pensamento, desfia um rosário de similes bíblicos tendentes a mostrar ser sem apelo a condenação à morte de um sacrilégio. Entre outros, o episódio da captura da Arca da aliança pelos filisteus e a vitória de Débora sobre os inimigos do seu povo acomodam-se bem ao sucedido. Na verdade, a Virgem da

⁵² IBIDEM, p. 460. Acerca da atribuição, dentro da tradição católica, da falta de Lúcifer a um movimento de soberba, vide entre outros: I. F. SAGUES, «Tractatus II: De Deo creante et elevante. De peccatis», in *Sacrae Theologiae Summa* (Madrid, 1955, ed. B. A. C.), pp. 265-626. Sobre a identificação da «Mulher» mencionada no *Apocalipse* (12, 1-5), com a mãe de Cristo, vide, por exemplo: I. A. ALDAMA, «Tractatus II: Mariologia seu de Matre Redemptoris» in *Sacrae Theologiae Summa* (Madrid, 1953, ed. B. A. C.), pp. 410-411. Esta questão, porém, é controversa entre exegetas e teólogos católicos. Vide M. E. BOISMARD «L'Apocalypse», in A. Robert e A. FEUILLET, *Introduction à la Bible II* (Tournai, 1959), pp. 737-738.

Conceição é figurada na Arca e em Débora⁵³; enquanto Óza⁵⁴ e os filisteus, que cometeram os atentados sacrílegos, prefiguram os espanhóis que cairão fulminados junto do templo da Virgem, mais propriamente a meio caminho entre Vila Viçosa e Estremoz, no lugar das duas ermidas: a de N. S.^a da Luz e das Mercês. A Virgem da Conceição, padroeira dos portugueses, é também aí comparada a um formidável esquadrão de bem formados terços. E se a pretensão de Lúcifer era atingir a Mãe de Cristo — cabeça da humanidade renascida —, a intenção última do exército invasor de Castela, frisa-o o P. Manuel da Silva na exploração da alegoria, era atacar a capital do Reino restaurado: Lisboa.

«O primeiro acometimento, que fez o inimigo nesta campanha, foi contra Villa-Viçosa; donde, como todos sabeis, preside a nossas armas a immaculada Virgem Senhora da Conceição, a quem o Serenissimo Rey D. João IV, de gloriosa memoria tomou por patrona deste Reyno, fazendoselhe seu tributario, & feudatario. [...] Vós senhores Espanhoes tomais armas contra a Villa, & contra o Reyno, a cuja defensa preside a Senhora da Conceição; apoderativos da sua Igreja, & tendes como cativa, & prisioneira a nossa Patrona, que do primeiro instante de sua Conceição sahiu liberdade, & vitoriasa de todo o cativoiro? pois que podeis esperar, senão a vossa ruina? A mão poderosa do Senhor com todo o seu poder deu sobre vós, & vos desbaratou: *Potestas Christi ejus*. Temos a realidade deste successo figurado em outro semelhante caso. Vieraõ os iflisteos com hum poderoso exercito contra o Reyno de Israel; foi o seu principal empenho cativarem a Arca do Senhor, a que S. Jeronymo chama braço, ou fortaleza dos Israelitas. [...] Imaginavão tambem nossos contrarios, que apoderando-se em Villa-Viçosa da nossa Patrona a Senhora da Conceição, verdadeira arca do Testamento, não teriamos nos braços para nos defender, nem mãos para os offender: mas o poder do braço de Deus: *Potestas Christi ejus*, a mão do Senhor despregada na Cruz: *Manus Domini*⁵⁵,

⁵³ IBID., p. 463. *Débora*, segundo a Bíblia (*Judic.* 4, 4-5 e 4, 6-7), foi profetiza e juiz que levou Baraq a atacar e esmagar em Tanak o exército de Sisera.

⁵⁴ IBID. p. 462. *Oza*, filho de Abinadab, em casa de quem estava a Arca da Aliança (1 *Reg.* 7, 1-2), caiu ferido de morte quando lhe tocou, a fim de segurá-la, no percurso para Jerusalém (2 *Reg.* 6, 3-8).

⁵⁵ Alusão, aliás frequentíssima nestes sermões da Restauração, ao denominado milagre do Crucifixo, em que um dos braços da imagem de Cristo se teria desprendido durante a procissão de acção de graças pela recuperação da independência, em 1640.

dando-se por aggravada lhes agravou o castigo, e deu sobre elles, tomando por instrumento as mãos dos seus Portuguezes, & os assolou, & desbaratou com estranha mortandade, qual a que se viu nesta batalha. [...] Se Oza por estender sómente a mão para a Arca do Senhor, ainda que com a boa tenção de a sustentar [...], foi logo ali castigado pela mão de Deus por sua temeridade [...]; como não castigaria o Senhor hum tam grande atrevimento, como o de nossos inimigos, em quererem apossar-se da Villa, & do Templo da Senhora da Conceição, Arca do Testamento, & Patrona de Portugal? [...] Ahi mesmo junto à arca entre Villa-Viçosa, & Estremoz, entre duas Hermidas, que estavaõ na Campanha, onde se deu a batalha, hũa da Senhora da Luz, outra da Senhora das Mercês; para que entendessemos, que por meyo da luz de sua graça original nos fazia Deus a nós tam grande mercê, & dava tam grande castigo a nossos inimigos. Se a Virgẽ da immaculada Conceição se comprara a hum formidável esquadraõ de bem formados Terços [...]; que Terço podieis vòs senhores Espanhoes ter connosco na batalha, tendo nós tam aventejado partido por nós no invencivel socorro da nossa Patrona? [...] Pertendieis nessa campanha acometer a Lisboa cabeça do nosso Reyno. Mas a Virgem Senhora da Conceição acostumada a meter cabeças debaixo dos pès: *Ipsa conteret caput*, fez que em lugar de levares a cabeça do Reyno, levasseis a cabeça quebrada, para nunca já mais a levatares contra nós»⁵⁶.

A segunda circunstância que o pregador destaca a partir do termo *nunc*, é obviamente a de tempo. Mas como?

Recaíra a batalha de Montes Claros no oitavário de S. António, ou seja, de 13 a 20 de Junho. E querendo tirar partido desse facto para acentuar o carácter providencialista da vitória portuguesa, não hesita em recorrer, à legenda hagiográfica⁵⁷ que apresenta aquele santo como émulo de Moisés — um Moisés focado em dois momentos da sua missão de libertador: ao matar um egípcio que lutava com um israelita, durante a visita que viera fazer a seus irmãos; ao separar dois israelitas que lutavam entre si, quando voltou depois ao mesmo lugar.

Como, porém, o paralelismo não era directamente apreensível, houve que recorrer a um «torcer» do texto e a um certo

⁵⁶ *Sermão de Montes Claros*, pp. 460-463.

⁵⁷ A margem do texto, não se encontra qualquer referência bibliográfica sobre esta lenda.

número de formas fáticas, para tornar a interpretação mais convincente ao auditório. Assim, na esteira do contorsionismo barroco, força com certas agudezas de espírito o simile evocado, a arremendar o esgrimir escolar próprio da dialéctica sabatina: S. António condeou-se dos portugueses, porque português; e ajudou-os a matar os castelhanos, porque inimigos. O mesmo havia feito Moisés no que respeitava aos seus. E, no intuito de aproximar mais a acomodação, recorre a uma série de provas fornecidas pela atmosfera em que se vivia: o panfletarismo corrente embebido de «maravilhoso» e a representação imagética do santo difundida pelo culto popular⁵⁸. Com efeito, cita uma carta escrita em vésperas da batalha ao seu convento, em Lisboa, exigindo que S. António acesse ao Alentejo, pois era soldado do exército português como em suas estátuas o vestiam⁵⁹. E insiste que assim teria sucedido, aludindo a maneira como no mais aceso da luta se gritava pelo seu nome. Alusão, sem dúvida, ao inconsciente colectivo — alfofre inexaurível desta ingénua crença no maravilhoso. Eis como se expressou:

«Vede que bõs dias escolhêraõ os Castelhanos para sahirem à batalha com os Portuguezes. E bem? tam pouco lembrado de seus naturais havia de ser o nosso Santo Portuguez, que nos dias, em que lhe celebramos o triunfo de sua gloria lá no Ceo, nos havia de deixar cá na terra sem a gloria do triunfo? Havia Santo António de poder levar em paciencia ver andar aos seus às mãos com estranhos, & não havia de por se contra os estranhos pela parte dos seus? Em qualquer outro dia não havia Santo Antonio de sofrer tal, quanto mais nos dias, que são proprios seus. Na lenda de S. Antonio, particular desde Reyno, que he de S. Gregorio Nazianzeno, se diz que o nosso Santo foi imitador de Moysés: *Moyse aemulus fuit*

⁵⁸ Segundo MARTINHO DA FONSECA (*Elementos para a história das guerras da restauração*, n.º 575), apareceram impressas em 1772, da autoria de SEBASTIÃO DA FONSECA E PAIVA, *Redondilhas e romance, a St.º António de Lisboa alistando-se por Soldado*, que teriam sido publicadas pela 1.ª vez em 1665, sob o título: «A Santo António [...]». Há também de JERONIMO BAIA: *Décimas ao Serenissimo Rei D. Afonso VI, quando mandou alistar por soldado ao glorioso Santo António de Lisboa* (Lisboa, 1665).

⁵⁹ Sobre o culto de Santo António de Lisboa, soldado do exército português, após 1640, veja-se: «Santo António Militar», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. II (Lisboa e Rio de Janeiro, s/d), pp. 844-846, c/ bibliografia; JOSÉ PINTO DE AGUIAR, *Santo António de Lisboa, oficial do exército e herói nacional* (Lisboa, 1952), com reproduções iconográficas e bibliografia, a pp. 165-166. Lembre-se ainda que já o P. António Vieira, no «Sermão de Santo António», pregado em 1638, na Baía, na igreja e dia do mesmo Santo, quando os Holandeses levantaram o sítio à cidade, atribuiu à intercessão de S. António o êxito alcançado. Cf. ANTONIO VIEIRA, *Obras Escolhidas*, vol. X, (Lisboa, ed. Sá da Costa, 1954), pp. 1-41.

Antonius. [...]; claro estava, que havia o nosso Santo de fazer por seus naturaes, & patricios os Portuguezes, o que Moysés fez pelos Hebreos seus naturaes. Claro estava, que vendo aos seus Portuguezes entre si discordes; (que esse dezar[sic] tiverão sempre os Portuguezes, de serem poucos, & mal avindos) os havia de unir, reconciliar, & fazer em hũ corpo contra seus inimigos, como na verdade fez nesta occasião. Vendo porém aos Castelhanos batalhar contra os Portuguezes, havia de fazer como bom Portuguez as partes dos Portuguezes seus naturaes contra os Castelhanos. Que digo fazer as partes? Havia Santo Antonio, sem perder o respeito ao habito, de tomar a espada na mão, como vossa piedade o retrata nesta ocasião pelos vossos altares, & procissões, & tomar no exercito o posto de vanguarda; particularmente quando S. Antonio, como sabeis, estava alistado por soldado para esta campanha por hũa carta, que se lhe mandou ao seu Convento de Lisboa, cujo teor era o seguinte, conforme a copia, que me mandaraõ. *Nosso Padre Fr. Antonio de Bulhões. Não parece decoroso a hum tam bom portuguez como Vossa Paternidade na Corte. Se he por falta de soldo, ahi vão os quatro mil reis do assento, & o estipendio quotidiano irá correndo. Parta se Sua Paternidade logo a defender o seu posto.* Aceitou Santo António o soldo, esteve pelo contrato, foi-se a Alentejo, lá andou, (não ha que duvidar) lá andou militando no coração de todos os Portuguezes; porque se o que sahe pela boca, sahe do coração, como affirma nosso Salvador: *Quae procedunt de ore, de corde exeunt*⁶⁰; sahindo, como na verdade sahiu, pela boca de todos os soldados Portuguezes na ultima avançada hũa voz, que dizia: Santo Antonio, Santo Antonio; Claro está, que no coração de todos andava o Santo militando naquelle dia»⁶¹.

Recorde-se que o *Mercurio Portuguez*⁶², já citado, e o sermão do frade Agostinho Cristóvão de Almeida, pregado em Lisboa, nas exéquias dos soldados de Montes Claros, referiam-se igualmente à ajuda providencial da Virgem da Conceição⁶³ e à protecção especial de S. António nas circunstâncias menciona-

⁶⁰ *Math.*, 15, 15.

⁶¹ *Sermão de Montes Claros*, pp. 463-466.

⁶² *Mercurio Portuguez* [...] de Junho [...] de 1665, p. 18.

⁶³ CHRISTOVAM DE ALMEIDA, O. E. A. *Oraçam funebre nas exéquias que mandou fazer na santa Casa da Misericórdia desta Cidade de Lisboa o muito Alto & Poderoso Rey D. Affonso VI. Nosso Senhor, aos Soldados Prtuguezes, que morrêrão gloriosamête em defesa da Patria, no*

das num testemunho claro da atmosfera de exaltação mística que se respirava ⁶⁴.

9. O segundo aspecto, sob o qual perspectivara a sua prédica, respeitava à substância do sucesso celebrado que vê polarizada na expressão do «tema»: *facta est salus, et virtus*. E, nesse sentido, frisa que no texto bíblico a vitória é sinónimo de salvação, saúde, restauração.

O apoio probatório incidirá agora na frequência e contextos em que o termo vitória surge nas Escrituras com a conotação indicada. Assim, a argumentação curiosamente segue duas linhas: uma, apoiada nos *similes* bíblicos de Sansão, David e Jonatas que obtiveram triunfos decisivos sobre os filisteus, tendo como consequência a salvação do povo israelita; outra, de raiz filosófica, assente no axioma de que as coisas se explicam pelos efeitos. Ora, a saúde e a salvação medem-se pela destruição dos inimigos que, no texto profético do *Apocalipse* como no sucesso de Montes Claros, foi total. A exploração do sentido literal e alegórico, para justificar a asserção, surge com desembaraço. E, a fim de alimentar a atenção do auditório, ergue enfaticamente objecções ao que dá por provado. Trata-se do processo amplificante em espiral. Daí resulta uma espécie de «suspense», por exemplo, quando simula antecipar-se a uma possível contestação dos ouvintes, baseada no conhecimento de que alguns restos do exército espanhol com o seu general se salvaram e acolheram a Jerumenha. Mas o recurso alternante aos sentidos conotativo e denotativo permite-lhe manter a posição sustentada.

Ressalva ainda que, se a vitória fora decisiva, foi-o também árdua. Observação que, ao valorizar a resistência do inimigo, faz aumentar o brilhantismo do feito português. E êxito colectivo, acrescenta, pois não há nomes a destacar, nem sequer os dos generais vitoriosos. Além de que, a salvação do reino, por mercê de tal combate, só foi possível por intervenção divina, já que o reino — exclama enfaticamente o pregador — era, agora mais do que nunca, o reino do nosso Deus ⁶⁵. E predestinação e messianismo (a miragem do quinto Império) surgem, de imediato, nas tão repetidas e glosadas evocações da promessa de Cristo em Ourique e do despreendimento do braço no crucifixo conduzido na procissão para a Sé de Lisboa, após a aclamação, concluindo

sítio de Villa-Viçosa, e na batalha de Montes Claros, este anno de 1665 (Lisboa, 1665), pp. 25-26.

Anota-se também o folheto composto pela dominicana do convento da ROSA, VIOLANTE DO CEU, *Oitavas a Nossa Senhora da Conceição. Em aplauso da Victória de Montes Claros em 17 de Junho de 1665* (Lisboa, 1665).

⁶⁴ IBIDEM, pp. 21-22.

⁶⁵ Na linha de Vieira, como de outros pregadores da Restauração, Portugal era também para Manuel da Silva o novo povo eleito, em substituição do Povo de Israel.

que todas as batalhas são obra do poder de Deus e do braço de Cristo:

«Com esta vitoria alcançada com tanto valor, & esforço (vai por diãte o nosso thema) se assegurou o Reyno do nosso Deus. Reparai no modo de fallar: O Reyno do nosso Deus: *Regnū Dei nostri*. E bem? ahi ha Reyno que não seja de Deus? Todos o são em geral; mas muito em particular se diz ser Reyno de Deus o Reyno do Ceo, que he, o de que falla aqui São João; & cá na tera o Reyno mais proprio, & mais especial de Deus, que he? Não se pode negar, que he o Reyno de Portugal. Assim lhe chamou o mesmo Deus na pratica, que teve com o nosso primeiro Rey D. Affonso Henriques: *Volo in te, & in semine tuo Imperium mihi stabilire*⁶⁶. E noutro lugar: *Erit mihi Regnū*. Portugal será o meu Reyno. Pois este Reyno, que Deus então nos seus princípios escolheu para si, hoje com o successo de tam gloriosa vitoria he, q̃ Deus o confirmou, o estabeleceu, & o segurou para sempre por seu: *Nunc factum est Regnum Dei nostri*. Mas porque mais agora nesta occasião, do que em outras, que vencemos a este mesmo inimigo, nos hemos de dar por seguros, & livres de nossos contrarios? Não os vencemos nós já naquella fatal batalha das linhas de Elvas? naquella outra memoravel do Canal, ou Ameixial? Sim: logo porq̃ nos hade assegurar mais esta vitoria, que as outras? Porque esta vitoria he a terceira. Tres sentenças dadas no caso assegurão a causa, acabaõ com a lide, findão a demanda sem mais appellação, nem agravo. E tres vitorias conformes, que são tres sentenças escritas com o sangue de nossos inimigos, porque não acabarão de nos assegurar o nosso Reyno, & de rematar esta demanda, que com-nosco tráz Castella ha vinte, & tantos annos? Oh! dai a já por finda, & rematada. [...] Depois de vencidos a primeira vez em Elvas, & a segunda no Ameixial, ainda podia ser escusa a sua teima; mas agora depois

⁶⁶ Trad.: «Quero estabelecer o meu império em ti e na tua descendência». Desta visão fala Fr. BERNARDO DE BRITO, *Cronica de Cister*, parte I, lib. 3, Cap. 3. Mas GREGÓRIO DE ALMEIDA consagra-lhe o cap. V da *Restauração de Portugal Prodigiosa* (Lisboa, 1643, pp. 25-31. O *Sermão dos Bons Anos*, pregado por Vieira, na Capela Real, em 1642, refere-se-lhe também. Cf. ANTÓNIO VIEIRA, *Obras Escolhidas*, (Lisboa, 1954), p. 189.

Acerca desta lenda, veja-se: LUIS FILIPE LINDLEY CINTRA, «Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)», in *Miscelânea de Estudos em honra do Prof. Hernâni Cidade* (Lisboa, 1957), pp. 168-215.

de meterem o resto das suas forças, depois de conduzirem todo o poder dos seus Reynos, & ainda dos estranhos, depois de avocarem tantas levas de soldadesca de Alemanha, & Flandes, sahindo vencidos, & derrotados nesta terceira batalha de Montes Claros, não podem deixar de dar o litigio por rematado, a causa por finda, & conclusa; & nós de darmos o nosso Reyno, que he juntamente de Deus, por seguro, & estabelecido: *Nunc factum est Regnum Dei nostri*.

Além de que não he hũa só a vitoria, que nesta occasião alcançamos de nossos inimigos, são muitas; [...] vencemolos ao mesmo tempo na Beirá, conquistandolhes aquella tam importante Praça da Carça⁶⁷, vencemolos em Tráz os Montes, destruindolhes, & assolâdolhes muitos dos seus lugares; vencemolos nesta Provincia de Entre Douro, & Minho, derrotandolhes o poder, com q̃ derão avançada a nossa Fortaleza de Lobelle; vēcemolos finalmente não só por terra, mas por mar, affugentadolhes com o assimbro destas vitorias a sua poderosa Armada, que dizem tinhaõ já de verga dalto para dar sobre os nossos portos. [...] He porẽm justo, meus senhores, que conheçais a quem deveis attribuir todas estas vitorias, para que lhe rendais as devidas graças. Isso nos adverte S. João nas palavras do nosso thema: *Potestas Christi ejus*. Ao poder de Deus, ao braço de Christo, que em todas as nossas guerras nos tem assistido favoravel, he, que devemos attribuir a gloria de tam repetidas vitorias [...]»⁶⁸.

10. Por fim, duas objecções — já que o pregador, segundo a preceptiva retórica, provada a matéria, deveria rebater os presumíveis opositores — se apontam: a presença do concurso do homem nas acções divinas *ad extra* e o facto de ser o mesmo Deus o de portugueses e espanhóis. Quanto à primeira, — que «alguns políticos» apontam, não aprovando «o attribuirem-se as façanhas tanto a milagre do poder de Deus, que se diminua o esforço, & poder dos vencedores» — não nega a necessidade do esforço humano, mas entende que todo esse valor, todo esse poder, & esforço, sem o esforço, & poder de Deus, não he bastante para alcançar hũa vitoria, quanto mais tantas»⁶⁹.

⁶⁷ Deve tratar-se da Vila de Zarga. Cf. CONDE DA ERICEIRA, *op. cit.*, IV, pp. 326-327.

⁶⁸ *Sermão de Montes Claros*, pp. 474-476.

⁶⁹ *IBIDEM*, p. 477.

E justifica:

«Grandes forças, animosos generaes, esforçados Capitães, valorosos Cabos, copiosos socorros dos Reynos confederados de França, & Inglaterra se achavão em Alentejo nesta occasião com hum poderoso exercito de Portuguezes tantas vezes vencedores. Porém todo esse poder, todos esses soccorros, todos esses nervos da guerra não eraõ bastantes, para sahirmos vencedores, como sahimos, senão fora por nós o poder do braço de Deus: *Potestas Christi ejus*: senão fora por nós aquelle Divino cordeiro sacramentado; á sua virtude hemos de attribuir a nossa vitoria»⁷⁰.

Quanto à segunda dificuldade, não nega ser a Espanha nação muito católica. Se os espanhóis foram desfeiteados, isso se deverá attribuir à arrogância, grande presunção e extrema insolência com que investiu contra o humilde Portugal. A justificação envolve, pois, essa ideia tão arreigada à mentalidade da época: a do castigo divino como meio de expiação para os pecados das nações. E a Espanha repetidamente arrogante merecera bem a punição:

«Assaz fallada, ou murmurada he na Europa a presunção, & ativez da Nação Espanhola, a arrogancia, com que se tem por homens superiores a todos no valor, & gloria militar, com que conquistaraõ tantos Reynos, & se fizerão senhores de tam grande Monarquia. Eu não pertendo desfazer no seu valor; porém digo, que Deus como Senhor dos exercitos não pôde levar em paciencia soberbas, nem arrogancias, & parece, que vendo a grande presunção, com que o exercito Espanhol entrou nesta occasião em Portugal, prometendo-se com estranha insolencia a sua conquista, os quiz castigar, & humilhar, privando-os do esforço, & alento, que costuma causar aquelle Divino pão do Sacramento»⁷¹.

A peroração irrompe com uma paráfrase às últimas palavras do tema: *propterea laetamini*, portanto alegrai-vos. É a justificação do contentamento colectivo que se vivia. Mas a paz definitivamente acordada e reconhecida pelos contendores era o bem mais almejado. Com ela se apagariam as discórdias e os dois príncipes católicos, reunidos pela amizade, poder-se-iam entregar

⁷⁰ IBID., p. 478.

⁷¹ IBID., p. 479.

a uma empresa conforme à maior glória de Deus: defender a fé e aumentar a cristandade:

« [...] que se dirijaõ todas as demonstrações do vosso jubilo, & contentamento a maior gloria daquelle Senhor, a quem deveis a gloria do triunfo, que lograis; para que penhorado do nosso reconhecimento troque as felicidades destas vitorias em felicidades de hũa boa paz; convertendo esta nossa idade de ferro naquella tam desejada, & suspirada idade de ouro [...], para que apagado o fogo de tam acesas discordias entre Principes tam Catholicos, confederados entre si com o vinculo da verdadeira caridade, & amor, que sois vós (Senhor), possamos estender o vosso Império, possamos dilatar vossa Fè [...]»⁷².

Votos pios, estes que se coadunavam com a dignidade e o espírito religioso do acto. Mas também mentalidade cruzadística a recordar o destino dos dois Reinos peninsulares no seio da cristandade da Europa moderna: o combate pela crença católica e a sua expansão no mundo ultramarino. No entanto, a cessação definitiva e oficial das hostilidades era condição prévia a cumprir-se, e de imediato o bem mais desejável, até pelo acesso a um futuro de felicidade, sugerido metaforicamente na alusão clássica à ovidiana idade de ouro. Paz que, pondo termo a uma luta longa, acidentada e desgastante em vidas e fazendas, só viria a ser assinada quase três anos depois. E, para isso, a influência do sucesso de Montes Claros fora, de facto, decisiva.

11. Concluindo: dentro da sermonária política que a conjuntura da Restauração originou, a prédica do jesuíta Manuel da Silva é um dos documentos significativos de como no púlpito a arte retórica, a cultura religiosa e profana, e a informação coeva, oral e escrita, eram utilizados na abordagem e pública celebração dos acontecimentos ocorrentes durante os quase trinta anos necessários à consolidação da independência. De cunho apologético-polémico, estes sermões contribuíram para alimentar a mística patriótica das populações locais que os escutavam e a quem se pediam contínuos sacrifícios materiais. E, sendo documentos de uma parenética comprometida unilateralmente numa actuação religioso-política, são também, por isso mesmo que não o pretendiam ser, documentos indispensáveis ao conhecimento de uma sociedade portuguesa historicamente situada.

⁷² IBID., pp. 480-481.